

1 **ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE**
2 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e dois
3 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos,
4 reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do
5 Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva,
6 Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos
7 seguintes membros: André Martins Biancarelli, Cláudio José Servato, José Alexandre Diniz,
8 Heloíse de Oliveira Pastore Jensen, Mônica Alonso Cotta e Rodrigo Ramos Catharino. Como
9 convidados, compareceram os senhores Juliano Henrique Davoli Finelli e Saul Schmidt
10 Varanda. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Terceira Sessão
11 Extraordinária de 2022 da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida.
12 Passa à Ordem do Dia, com 03 itens, iniciando pelo item 03 – Proc. nº 01-P-6234/1989 –, que
13 trata da: a) alteração da tabela anexa à Deliberação CAD-A-04/2015, que define, classifica e
14 especifica os serviços administrativos prestados pela Universidade a seus alunos e servidores,
15 proposta pelo CMU e ProEC; b) atualização anual da tabela dos valores das taxas sobre serviços
16 administrativos extraordinários prestados pela Universidade. O senhor THIAGO BALDINI DA
17 SILVA diz que, como de costume, na COP de setembro é feita a atualização dos valores das
18 taxas administrativas da Universidade. A inflação do período acumulado de 12 meses foi 9,3%,
19 portanto estão fazendo a atualização das taxas baseada nesse índice. É claro que em alguns
20 casos fica pouca coisa a mais porque mantém o costume de deixar o número redondo, para não
21 ficar aqueles centavos, aqueles valores quebrados que dificultam a vida de todos. A Informação
22 Aeplan do item 03 está dividida em duas partes, a primeira é essa atualização de valores
23 simplesmente, conforme passa anualmente aqui, porque essas taxas devem ser reajustadas a
24 partir de outubro, pelas resoluções vigentes; e a segunda parte, que é uma novidade, a inclusão
25 de alguns itens solicitados pela ProEC, inscrição de curso de extensão e demais cursos pagos,
26 que tem um valor mínimo de R\$20 no de extensão, R\$60 nos cursos com mais de 180 horas,
27 então isso é um valor mínimo que pode ser utilizado dependendo da proposta no oferecimento
28 do curso. Eles incluíram na tabela os itens que já existiam, mas a inclusão de fato é dessa
29 inscrição de curso e do Grupo 5, que é reprodução especial de documentos pelo CMU, que vai
30 desde cópia de ofício até apresentação de documento sonoro, audiovisual, em microforma.
31 Então são esses dois itens que estão sendo encaminhados, que caso aprovados entrarão na tabela
32 das demais taxas da Universidade. Não havendo observações, o SENHOR PRESIDENTE
33 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 01 – Proc. nº 01-
34 P-7708/2022 –, que trata da alteração da regulamentação do sistema de transporte fretado e
35 concessão de vale-transporte aos servidores da Unicamp. Estavam aguardando a presença do
36 senhor Juliano Finelli, prefeito do *campus*, que fará uma apresentação sobre o assunto.
37 Basicamente, foi feita uma adequação do sistema à legislação vigente e à abrangência dos
38 municípios. Adequaram o sistema à legislação, tanto para os celetistas quanto para estatutários.
39 A segunda questão que também é importante é a mudança no valor cobrado dos funcionários,
40 que foi permeada primeiramente pela ideia de que o transporte fretado tem tido uma

1 subutilização em algumas linhas importantes. Reduzir a cobrança sobretudo nas faixas menores,
2 de até R\$4.026 de base de vencimento, depois a alíquota vai subindo para 3%, 3,5%; 4%; 4,5%,
3 atingindo o valor máximo de R\$326 cobrado mensalmente. Essa alíquota maior também foi
4 reduzida de 6% para 4,5%. Acreditam que, aumentando a utilização do fretado, aumentariam
5 também a receita recebida. Além do uso para os funcionários da Universidade, também é
6 facultado, desde que haja vagas disponíveis, para outras instituições próximas, como a Funcamp
7 e outras. Para abertura de novas linhas, há um coeficiente mínimo de uso inicialmente, assim
8 como no processo de renovação nas linhas existentes. A expectativa, até pelo aumento do preço
9 do combustível, é que as pessoas utilizem mais o transporte fretado do que o transporte privado,
10 o que inclusive reduziria o trânsito dentro da Universidade. Além disso, aumentando a
11 frequência e o grau de utilização, a Universidade aumentaria a receita em relação à despesa
12 total. É óbvio que sabem que o fretado é subsidiado entre o que recebem de receita e o custo
13 efetivo que ele tem, mas com isso ampliariam a receita sem grandes alterações do ponto de vista
14 da despesa. Então reduziriam, nesse sentido, o próprio subsídio. Solicita ao senhor Juliano que
15 apresente dados mais detalhados. O senhor JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI diz
16 que, como o professor Sarti antecipou, essa proposta vem já sendo articulada há algum tempo,
17 tendo origem em uma demanda da pauta específica sindical, apresentada pelo STU ano passado
18 e encaminhada à Reitoria. O Chefe de Gabinete, professor Paulo César, encaminhou à
19 Prefeitura, delegando a ela competência para fazer as tratativas necessárias junto ao STU. Hoje
20 estão apresentando aquilo que conseguiram avançar nas negociações com o sindicato e com a
21 comunidade, observando todos os elementos que foram apresentados naquela ocasião. Em
22 março deste ano, fizeram uma reunião, com o Gabinete e o STU, para apresentar os avanços
23 obtidos. Em tratativas depois, junto à DGA e PG, conseguiram consolidar essas informações de
24 uma forma a ser apresentada para a COP e também para o Consu, conforme sugestão da PG.
25 Verificaram que as normativas vigentes partiam de deliberação Consu, outras partiam de
26 deliberação GR, e outras de instruções normativas da Prefeitura. A PG, no seu parecer, indica
27 que o melhor caminho para se normatizar a questão do fretamento para os servidores da
28 Universidade é uma deliberação Consu. Então trouxeram hoje aqui essa sistematização de todo
29 esse arrazoado de ideias e de avanços que conseguiram colher da comunidade. Registra seu
30 agradecimento à PG e à DGA, que os auxiliaram, e também à equipe da Prefeitura que atuou
31 para que chegassem a essa deliberação, na figura do senhor Saul, atual diretor da Unitransp,
32 presente nesta reunião. O atual sistema de transporte da Unicamp possui 78 linhas de ônibus,
33 sendo 52 linhas em Campinas e 26 linhas intermunicipais, atendendo 15 municípios. Todo esse
34 conjunto atende os cinco turnos de trabalho dentro da Universidade, todos os dias da semana.
35 E hoje o regramento vigente é que as linhas de fretados podem percorrer até 55 km de distância
36 do *campus* de Barão Geraldo. Há atualmente 2.641 usuários cadastrados, sendo 1.478
37 servidores Unicamp, 981 Funcamp e 182 outros – servidores da ADunicamp, STU, patrulheiros
38 etc. Servidores que recebem apenas subsídio são 148, e 17 usuários do fretado também recebem
39 um complemento de subsídio, o que ocorre quando o ponto do fretado está distante a mais de
40 1.000 metros da residência do servidor. Os usuários somente do fretado são 1.313, sendo que a

1 taxa de ocupação atual dos últimos 12 meses atinge 60%. No começo do ano estava abaixo de
2 60%, e pretendem elevar para bem próximo de 90%, ou quiçá 100% da capacidade. Hoje
3 atendem Campinas com o sistema de fretado, mas não atendem Limeira e Piracicaba; a proposta
4 é que Campinas seja atendida integralmente dentro da RMC e sejam incluídas no sistema de
5 fretado as cidades de Limeira, Paulínia e Piracicaba. Elas terão uma especificidade de que serão
6 atendidos os municípios contíguos à cidade-sede onde o servidor trabalha. Existe no regramento
7 atual a forma de se criarem novas linhas, mas não quando elas devem ser extintas, e isso será
8 regulamentado também nesta nova proposta: a ideia é que quando a taxa de ocupação de uma
9 linha for inferior a 30%, a Prefeitura Universitária faça todas as tratativas para readequar o
10 sistema, incorporando os usuários daquela linha a outras linhas, ou dentro do vale-transporte.
11 A legislação utilizada está no parecer da PG: para os estatutários o auxílio transporte é
12 regulamentado pela lei 6.248/88 e pelo decreto estadual 30.595/89, e para os servidores
13 celetistas, o vale-transporte é regulamentado pela lei federal 7.418/85. São essas leis que
14 nortearam o estudo e a proposta, conforme está no parecer PG. Sobre a proposta de criação do
15 vale-transporte, esclarece que hoje a Universidade tem o subsídio, mas ele é colocado no salário
16 do servidor mensalmente como pecúnia. O adequado é que se conceda o vale-transporte em
17 formato de cartão, bilhete único ou passes, dependendo do que se utiliza nos municípios, e não
18 mais em pecúnia. Uma empresa fará o gerenciamento desse vale-transporte, e a proposta é a
19 unificação dos regimes, sendo a concessão feita tanto para estatutários quanto para celetistas.
20 Outra mudança será o desconto de acordo com o vencimento-base, e não mais como vinha
21 sendo descontado anteriormente. Isso é uma exigência legal, portanto estão fazendo todo um
22 movimento para atender também a legislação. Existem algumas situações especiais: para os
23 servidores com idade igual ou superior a 60 anos, há isenção, o que já acontece, estariam apenas
24 criando as normativas dentro de uma deliberação Consu; e servidores da área da Saúde em
25 regime de plantão pagam só 50%, o que também já ocorre, é regulamentado por portaria GR e
26 passará a ser inserido em uma deliberação Consu. O recurso anualmente investido pela
27 Universidade para o sistema gira em torno de R\$13 milhões, um valor que é muito volátil; há
28 diversas licitações que estão em andamento, e com o preço do petróleo com uma variação muito
29 grande nesse último período, muitos dos contratos precisaram ser revistos, então essa variação
30 é muito presente. O subsídio aplicado pela Unicamp chega a 49,71% de todo o sistema; outros
31 15,14% são oriundos do recurso descontado dos servidores Unicamp, 34,86% dos servidores
32 Funcamp e 0,29% de outros, como estagiários e funcionários de empresas localizadas no
33 *campus*. Em seguida, mostra o *slide* com a tabela atual, em vigor desde 1998, através de
34 deliberação Consu. Nas três primeiras linhas, não há mais nenhum servidor, portanto, ninguém
35 com desconto de 3,5%, nem de 4%, nem de 4,5%. Inicia-se com 5% e o valor teto hoje é de
36 R\$356,91 cobrado dos servidores. A arrecadação mensal oriunda da contribuição dos servidores
37 é de cerca de R\$650 mil. Desejam ter uma tabela mais progressiva, de modo que os servidores
38 com menor renda tenham condições de ingressar no sistema sem arcar com todos esses valores.
39 A tabela proposta dilui a concentração: ela se inicia com um desconto de 2,5% para a referência
40 M1A, referência inicial do nível médio, na qual estão hoje a maioria dos servidores. Desejam

1 que esses servidores ingressem no sistema para terem maior capacidade de gestão também, de
2 atender melhor a toda a comunidade. Nas contas que fizeram inicialmente, essa tabela ficaria
3 bem distribuída aqui com a capacidade em torno de 1.400 servidores que possuem hoje, uma
4 distribuição bem equânime e menos concentrada. O teto seria em 4,5%, equivalente a R\$326,70.
5 Esse é um valor de referência, o Valor Diário de Condução – VDC estipulado pelo governo do
6 Estado de São Paulo para a região de Campinas. Então é esse valor que o governo do estado
7 estipula para ser ressarcido ao servidor que reside em Campinas, e colocaram como um teto
8 esse valor de referência. Para terem uma ideia, o desconto atual para quem é referência M1A
9 seria de R\$241; com a nova proposta, o desconto será de R\$100,66, ou seja, uma redução de
10 58,33%, um ganho para o trabalhador de R\$140,93. Têm uma expectativa de um volume maior
11 de servidores interessados no serviço de transporte dentro da Universidade, ao passo que
12 preveem uma redução de custo aproximada de R\$100 mil mensais, elevando o aumento do
13 subsídio da Unicamp em 9,2% naquilo que já praticam hoje. A intenção é que esse custo seja
14 amortizado com o ingresso de novos servidores no sistema, equalizando ao custo atual, uma
15 vez que hoje há uma ociosidade de 40% do sistema, que com essa política diminuirá, e terão a
16 capacidade completa atendida do sistema todo. Portanto, os objetivos são: a taxa de ocupação
17 de fretado aumentar significativamente; melhorar as vagas de estacionamento dentro do
18 *campus*, que é um desafio imenso que possuem hoje; a questão da sustentabilidade, para a qual
19 a Unicamp busca indicadores melhores, o que está vinculado diretamente com os objetivos de
20 sustentabilidade mundiais, ao incentivar o uso do transporte coletivo e diminuir o uso do
21 transporte individual; diminuir significativamente processos judiciais que a Universidade vem
22 enfrentando; e a diminuição dos veículos nos *campi*. Coloca-se à disposição para
23 esclarecimentos. O SENHOR PRESIDENTE elogia o trabalho e relata que estão simulando
24 agora também dentro da PRDU a elasticidade do uso a partir da redução das tarifas, com a
25 possibilidade de aumento do uso. Embora esse subsídio esteja aumentando em 9,2%, é de uma
26 forma muito mais progressiva do que na tabela anterior, então é bem provável que haja um
27 incentivo para um uso maior e a depender de quanto vão ocupar essa capacidade, esse subsídio
28 seja totalmente fechado. O senhor Juliano informou um valor médio de 60% de utilização, mas
29 há linhas com um nível de ocupação muito menor do que isso, e talvez essas linhas sejam ainda
30 mais incentivadas por conta dessa redução da tarifa. O estudo é realmente bastante interessante
31 e aproveitaram também para adequar à legislação, que era outra exigência importante da PG. O
32 senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO parabeniza o senhor Juliano pelo trabalho. Essas questões
33 de transporte, principalmente a questão da utilização, já vem há anos sendo pleiteada tanto pelo
34 Grupo Apesar quanto pelos outros grupos. Acha válido todo o trabalho, mas nos últimos dias
35 recebeu vários *e-mails* com algumas situações. Sobre o horário noturno, o pessoal que fica até
36 às 23h, há boatos de que eles perderão o transporte das 23h. Pergunta se isso é verídico, porque
37 se for, precisam pensar na situação desses funcionários para se deslocar até as suas residências;
38 sabem que trabalhar no horário noturno é muito complicado, então eles solicitam que se
39 mantenha o transporte. Outro relato que chegou a ele é que existe a intenção de desativar o
40 ônibus para Mogi Guaçu, o que prejudicaria esses servidores. Há pessoas de Pedreira também,

1 e o artigo 5º da proposta que estabelece que “no momento das prorrogações contratuais ou no
2 final de vigência do contrato, caso não haja usuários ativos em número igual ou superior a 30%
3 da capacidade do veículo a ser contratado, (...) a Prefeitura decidirá por um modo motivado e
4 planejado pela não continuidade da operação”. Em todos os ônibus existentes hoje na Unicamp
5 há a tendência de aumentar o número de usuários, esse é o objetivo. Entretanto, se isso não
6 ocorrer nos ônibus que fazem as cidades ligadas à Campinas, os usuários terão problemas, por
7 isso solicita a exclusão desse artigo, que esses usuários continuem com o mesmo transporte e
8 que a Prefeitura faça um trabalho de aumentar o número de pessoas utilizando. Lembra que os
9 estagiários da Unicamp também têm o direito via DGRH de utilizar o transporte. O senhor
10 JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI diz que quanto aos fretados do horário noturno, é
11 uma demanda antiga da Universidade. Esses fretados atendem praticamente só a área da Saúde,
12 e existe uma demanda muito significativa desses usuários. Até porque a Unicamp não é atendida
13 por circulares do município em alguns horários, então existe dificuldade para chegar até a
14 Universidade no período da manhã e para sair da Universidade no período da noite, dependendo
15 do horário. Os servidores, principalmente da área da Saúde, que entram às 7h ou saem às 23h,
16 precisam ter uma política para serem atendidos para que os serviços da Universidade não sejam
17 prejudicados. Tiveram um problema sério com uma linha recentemente, estão dialogando
18 constantemente com a DGA, com a PG, com a DEA para solucionar esse problema. A solução
19 que encontraram foi uma readequação em alguns trajetos e absorção de uma linha em outras
20 linhas, mas atendendo aos servidores que ainda permanecem nesses horários noturnos. Então a
21 política que a Prefeitura e a Universidade têm é de atender esses servidores que necessitam do
22 transporte, tanto no início do dia, para ingressar na Universidade, quanto à noite, para sair da
23 Universidade. Não haverá prejuízo nenhum. No parágrafo único do artigo 5º está bem explícito
24 que “as linhas que operam o trajeto de volta no período noturno ou que atendem a área da Saúde
25 apenas deixarão de operar mediante decisão justificada do Gabinete do Reitor”. Então não
26 haverá uma política de extinção dessas linhas, pelo contrário, farão o máximo para continuar
27 atendendo todos os usuários. Não está no horizonte a exclusão de nenhuma linha, mas algumas
28 adequações certamente serão necessárias. Estão contratando uma empresa de consultoria para
29 refazer a roteirização de todo o sistema, porque o que está hoje implementado é fruto ainda de
30 um trabalho de cerca de 10 anos atrás, que precisa ser readequado, reestudado. Então nada
31 melhor do que contratar uma consultoria para lhes dar essa orientação e todo o subsídio
32 necessário para que possam remodelar o sistema atendendo a todos os usuários hoje presentes
33 e aqueles que virão a entrar no sistema. Não deixarão de atender ninguém. Quanto à pergunta
34 sobre Mogi Guaçu, o parágrafo 2º do artigo 3º define que “As linhas existentes relativas ao
35 *campus* de Campinas e que alcançam os municípios de Amparo, Limeira e Mogi Mirim, por
36 não se enquadrarem na regra do *caput* deste artigo, ficarão em operação enquanto for mantida
37 a taxa de ocupação prevista no artigo 4º desta deliberação, sendo que, caso alguma seja extinta,
38 não poderá ser renovada ou posteriormente recriada”. Se a linha de Mogi Guaçu é a mesma
39 linha de Mogi Mirim, ela está preservada por esse artigo enquanto tiver a sua taxa de ocupação.
40 Pedreira, também citada pelo conselheiro Cláudio, faz parte da Região Metropolitana de

1 Campinas, então ela já está atendida no *caput* anterior. Então todas essas preocupações que ele
2 levantou estão atendidas na deliberação, sem nenhum prejuízo atual. O senhor CLÁUDIO JOSÉ
3 SERVATO observa que quando mencionou os que saem no horário noturno, não está falando
4 especificamente da área da Saúde, mas também de quem faz horário noturno nas faculdades e
5 institutos que ficam até as 23h. Quanto à questão da linha de Mogi Guaçu, entende o que consta
6 no artigo, mas o grande problema é que se porventura baixar de 30%, o artigo coloca que a
7 linha será excluída automaticamente. Sugere alguma adaptação nesse texto, porque depois não
8 vai ser possível reativar a linha. Não tem ainda uma proposta formulada, mas precisam tomar
9 cuidado para que nenhuma linha seja desativada sem antes ter uma conversa com todos os
10 usuários de transporte. Não sabe ainda como colocar isso no papel, mas gostaria de preservar
11 essas linhas como a de Mogi Guaçu. Da forma como está no documento, há o corte automático
12 quando chegar a 30%, então pergunta como podem resolver essa questão; pergunta se a
13 proposta tem de ser aprovada hoje, ou se podem retirar de pauta e aprovar na próxima. O
14 Professor JOSÉ ALEXANDRE DINIZ pergunta se com a variação do preço dos combustíveis,
15 o aumento da despesa adicional fica para a Unicamp. Observa que se a intenção é aumentar a
16 quantidade de pessoas nos ônibus, vai ser necessária uma divulgação um pouco maior para que
17 esse objetivo seja alcançado. A Professora HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz
18 que concorda com o senhor Cláudio sobre a questão dos funcionários que ficam no período
19 noturno. Eles não são muitos, então talvez pudessem diminuir o tamanho do ônibus; se
20 diminuírem o número de assentos, acabam conseguindo preencher os 30%. Acha importante
21 que se mantenha isso, porque já é terrível ter de trabalhar até as 23h, e depois não ter o transporte
22 vai causar muita insatisfação. A Professora MÔNICA ALONSO COTTA concorda com a
23 preocupação do senhor Cláudio e da professora Heloise. O IFGW fica próximo ao Ciclo Básico
24 e vê o movimento na saída das aulas do noturno, o número de vans que vem aqui. Os alunos
25 que são da Região Metropolitana de Campinas se deslocam por vans, então talvez uma solução
26 para a questão do transporte fretado para esses servidores seja colocar micro-ônibus ou vans
27 que possam atender. Realmente não são tantos que ficam nesse horário fora da área da Saúde,
28 e se o contrato puder contemplar esse tipo de transporte, seria interessante. O Professor ANDRÉ
29 MARTINS BIANCARELLI diz que foi mencionado que um dos objetivos é aumentar a
30 ocupação dos ônibus, e que mediante a existência de vagas isso seria estendido para
31 funcionários da Funcamp e trabalhadores de outras empresas, e imagina que estejam se
32 referindo às empresas do parque científico tecnológico. Entendeu que para a Funcamp isso já é
33 possível, mas para as outras não. Solicita confirmação se entendeu corretamente e se há um
34 potencial de aumentar muito ou não. Acredita que sim, porque há um grande volume de
35 empresas e de pessoas trabalhando ali. O senhor Juliano colocou em um dos seus *slides* a
36 questão de reduzir processos judiciais. Solicita esclarecimento de que tipo de processo é esse,
37 se é dos funcionários em relação ao transporte ou se é questionamento das empresas
38 contratadas. O senhor JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI diz, respondendo ao
39 professor André, que há algumas situações de servidores que recebem vale-transporte e são
40 frutos de processos judiciais. É o caso de um servidor que mora em Pirassununga, há um caso

1 de Minas Gerais, no município de Andradas, e outros servidores também que estão ingressando
2 com processos judiciais requerendo o vale-transporte. Como o sistema é híbrido, pois há
3 servidores celetistas e estatutários, precisam regulamentar o acesso ao vale-transporte. Então a
4 orientação da PG é nesse sentido, que tenham uma política única de atendimento de vale-
5 transporte para ambos os contratos vigentes dentro da Universidade. É nesse sentido que elenca
6 em sua apresentação a diminuição de processos judiciais. A Unitransp é demandada
7 constantemente com requerimentos, solicitações de acesso ou a vale-transporte ou à criação de
8 novas linhas. Precisam encaminhar essas demandas que existem, que estão pressionando, mas
9 infelizmente a política que hoje existe na Universidade é de atendimentos de vale-transporte só
10 para Campinas. Há demandas de Limeira e Piracicaba, que são também servidores da
11 Universidade só que residem em outro município, e as normativas vigentes hoje não permitem
12 que atendam esses servidores. Por isso é preciso fazer essa nova regulamentação para ampliar
13 o acesso de toda a comunidade ao sistema de fretado e também de vale-transporte. No último
14 período, a Unitransp fez uma remodelação de todo o sistema e já reduziu bastante o tamanho
15 dos carros utilizados para o transporte dos servidores. Havia carros grandes, de 42 lugares, e a
16 ociosidade era maior, uma taxa de ocupação ainda pior do que a de hoje, quando a grande
17 maioria é micro-ônibus. Então foi feito um trabalho no curto prazo de redução do tamanho dos
18 carros para adequar à demanda. O problema é que o custo do carro menor é quase o mesmo de
19 um carro grande, não altera muito, então a Universidade ainda continua arcando com quase o
20 mesmo volume de recursos que arcava antes. Ela só melhorou os indicadores da taxa de
21 ocupação, porque os carros diminuíram. Recentemente tiveram dificuldade de renovação de um
22 contrato de uma linha noturna, porque a capacidade do carro é de 24 lugares e estava somente
23 com dois usuários. São essas demandas que os afligem, e precisam resolver essas situações,
24 inclusive no sentido da eficiência econômica. A PG os orienta a fazer uma revisão constante
25 desses contratos para que não sejam questionados pelo Tribunal de Contas. Precisam de
26 algumas diretrizes para que possam atuar; estão propondo uma diretriz de 30% da capacidade
27 de um ônibus, o que em um ônibus de 24 lugares são oito pessoas. Essa situação que mencionou
28 sobre um ônibus com dois usuários foi resolvida da seguinte forma: readequaram algumas
29 linhas para atender esses dois usuários em outras linhas e vão extinguir essa linha, mas não
30 deixaram de atender os usuários. Essa é uma tarefa interna constante da Unitransp, de
31 remodelação de todo o seu trajeto, todos os itinerários. Ela é constante porque hoje possuem
32 uma fotografia dos usuários, mas com a política que estão querendo trazer para a Universidade,
33 a intenção é aumentar o número de usuários, e com isso terão de redefinir as rotas hoje
34 existentes, pois serão novos usuários, residindo em locais diferentes. A intenção é não deixar
35 de atender ninguém, mas ampliar e melhorar a eficiência, tanto para entregar um serviço de
36 qualidade para os usuários, mas também com responsabilidade com o erário público. Por
37 diversas vezes tiveram dificuldade de renovação de contratos por haver baixa ocupação em
38 algumas linhas, então é nesse sentido que precisam trabalhar. O SENHOR PRESIDENTE,
39 respondendo ao professor Diniz sobre a questão da divulgação, diz que uma vez aprovada a
40 proposta, obviamente vão divulgar o máximo possível para a comunidade. Como colocou o

1 senhor Juliano, as mudanças têm pelo menos três princípios importantes. De um lado traz a
2 flexibilidade, que é muito importante, porque é um sistema complexo. Não é trivial atender
3 tantas cidades, horários diferentes, turnos diferentes, com volumes diferentes, então tem sido já
4 feita a adequação das linhas e do tamanho dos veículos utilizados. Outra questão importante é
5 a adequação à legislação, pois a Universidade vem sendo cobrada pelo Tribunal de Contas e
6 pelo Ministério Público. Outro ponto é a utilização de recurso público; estão subsidiando para
7 atender um direito dos servidores, mas com um conceito de progressividade. A nova tabela
8 proposta vai muito nessa direção. Acreditam que se bem divulgado como propõe o professor
9 Diniz, adequado pelo tamanho dos veículos e toda essa sistemática das novas linhas, podem
10 ampliar o grau de utilização, inclusive com isso reduzindo o subsídio que é concedido. Então é
11 uma aposta, mas o estudo foi feito de uma forma bastante aprofundada, com respaldo jurídico.
12 O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO ressalta que é preciso mudar o artigo 5º, que define a
13 não continuidade das linhas que não atingirem 30% de ocupação. No mínimo, antes de ser
14 desativada a linha, deve ocorrer uma reunião entre os interessados, ou então que seja excluído
15 esse artigo 5º. Gostaria de escutar um pouco o senhor Juliano o que ele pode fazer para melhorar
16 essa situação toda. O SENHOR PRESIDENTE diz que o senhor Cláudio tem todo o direito de
17 votar contra, mas acha que ficou muito claro na fala do senhor Juliano e na sua que estão
18 trazendo aqui uma sistemática que traz flexibilidade, então quando falamos nos 30%, é possível
19 primeiro adequar o tamanho do veículo. Além disso, o senhor Juliano deu aqui também
20 informações de reestruturações de linhas que foram feitas para atender ainda alguns desses
21 servidores. Nada foi feito de forma autoritária, e observa que também há uma preocupação com
22 o erário. A Universidade não tem como justificar para o Tribunal de Contas que está
23 subsidiando um transporte com menos de 30% de uso. O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO
24 pergunta se é possível uma conversa antes de desativar a linha. O SENHOR PRESIDENTE diz
25 que vão sempre reestruturar as linhas, colocar o veículo mais adequado para essa linha, pois a
26 ideia é atender sempre o serviço de transporte. Então não acha que o item está inadequado se
27 ele vem acompanhado desses outros critérios que colocaram aqui: flexibilidade, atendimento à
28 legislação, progressividade. Estão tratando de um direito, de um benefício. O senhor CLÁUDIO
29 JOSÉ SERVATO diz que entende, mas pergunta se haveria como acrescentar em um dos artigos
30 que antes de desativar qualquer linha possa haver uma discussão com os usuários do transporte.
31 O SENHOR PRESIDENTE diz que o parágrafo único desse artigo já contempla isso ao
32 estabelecer que uma linha apenas deixaria de operar mediante decisão justificada do Gabinete
33 do Reitor. Portanto, não será tomada nenhuma atitude intempestiva, nenhuma atitude antes de
34 ouvir os atores e os beneficiados. Então está muito claro e tem sido essa a estratégia; ninguém
35 aqui está fazendo uma política para prejudicar os servidores, pelo contrário, estão tentando
36 exatamente atender de forma mais eficiente o uso desse serviço, desse direito. Não há como
37 colocar uma regra aqui de qual vai ser a sistemática de negociação, mas o senhor Cláudio tem
38 todo o direito de achar que esse parágrafo está fora do entendimento dele do que seria a
39 prestação desse serviço e votar contra. Mas vai colocar em votação o estudo feito com muito
40 cuidado por todas essas áreas da DEA, da Prefeitura, da DGA, com a PG. Não vê razão para

1 fazer nenhuma mudança sobre o que está aqui e não compreende o entendimento do senhor
2 Cláudio de que esse seja um artigo autoritário ou que não abre espaço para negociação. Está
3 implícita em toda a proposta exatamente a ideia de flexibilidade, mas também de legalidade e
4 de progressividade. Estão melhorando o serviço de atendimento. O senhor CLÁUDIO JOSÉ
5 SERVATO diz que não está discordando disso, só está tentando proteger os usuários que
6 utilizam linhas que vão para fora de Campinas. O SENHOR PRESIDENTE lembra que a COP
7 está avaliando a questão dos recursos. O documento propriamente dito será aprovado dentro do
8 Conselho Universitário, então aconselharia o senhor Cláudio a trazer uma proposta de redação
9 para o Conselho Universitário, que é soberano, porque aqui estão tentando apontar qual é a
10 implicação da nova sistemática do ponto de vista do orçamento, em termos de receita, em
11 termos de despesa e a diferença em termos de subsídio. A questão mais do documento em si,
12 da legislação, pode sofrer alteração no Conselho Universitário. Não havendo mais observações,
13 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-
14 P-6234/1989 –, que trata da solicitação de aumento do período de licença-paternidade prevista
15 no artigo 108 do Esunicamp ao servidor celetista e do prazo da licença por adoção ou guarda
16 judicial para os servidores da Unicamp. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que
17 atualmente na Universidade há 4.900 servidores do sexo masculino, e o que a deliberação está
18 alterando se aplica somente aos celetistas, porque hoje a Universidade trabalha com licença-
19 paternidade de cinco dias para os servidores celetistas e de sete dias para os servidores
20 estatutários. O que a PG propõe é fazer a isonomia das duas carreiras, então trazer os celetistas
21 para sete dias, um aumento de dois dias na licença-paternidade. São aproximadamente 30% dos
22 servidores de sexo masculino que são celetistas, e neste ano 22 deles tiraram licença-
23 paternidade; nos anos anteriores, esse número foi por volta de 15 a 20 pessoas. Então não é
24 nada que cause reflexos, e o que a Informação Aeplan traz é que não há nenhum custo financeiro
25 para a Universidade. O único custo, na verdade, é o custo indireto do servidor não estar presente
26 no trabalho durante dois dias, mas por ser uma população baixa que acaba recebendo isso, não
27 há nenhuma implicação maior para a Universidade. O SENHOR PRESIDENTE ressalta que o
28 que estão votando, se aprovada no Consu, é a mudança de cinco para sete dias, igualando
29 celetistas e estatutários. A COP entende que não há nenhum impacto financeiro, pois é até difícil
30 medir o que significaria 20 servidores por ano se afastando por dois dias a mais dentro da
31 Universidade. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que a demanda do
32 representante dos servidores Matheus é dupla. Uma está sendo apreciada pela COP, não
33 exatamente no seu mérito, mas no impacto financeiro, que é a tarefa desta Comissão, mas há
34 outra, que é a extensão da licença-paternidade para 20 dias, e sobre essa a PG se manifesta
35 dizendo que que isso precisaria de uma mudança no Esunicamp. Dessa forma, estão
36 incorporando parte da demanda, e olhando rapidamente a pauta do Consu, que foi
37 disponibilizada há pouco, lá também só tem essa parte, portanto não há posição da Reitoria a
38 respeito da segunda demanda. Solicita esclarecimentos, pois essa segunda demanda foi objeto
39 de uma certa concordância entre os diretores, então pergunta se ela vai ficar para depois, para
40 uma discussão futura. O SENHOR PRESIDENTE responde que ela certamente vai voltar no

1 Conselho Universitário. Como não há nenhum impacto financeiro para os sete dias, também
2 não há para 20, então se essa discussão voltar dentro do Conselho Universitário, a posição da
3 COP será a mesma, de que não há um impacto financeiro. A demanda de estender de sete para
4 20 dias tem vindo da bancada dos funcionários, mas a posição que vai ser explicitada com muita
5 calma no Consu, por parte da PG, é que não há nenhum órgão público em São Paulo que adote
6 20 dias. Mais do que isso, a USP e a Unesp adotam cinco dias ainda, não são nem sete. Há um
7 projeto de lei dentro da Alesp para tratar exatamente dessa questão, então a posição da PG é
8 aguardar esse projeto de lei. Uma vez aprovada, adotariam na Unicamp; antes disso, acabariam
9 chamando a atenção do Tribunal de Contas por serem a única instituição pública paulista a
10 conceder 20 dias. Amparada em uma mudança feita pela Alesp, a Unicamp se sentiria muito
11 mais confortável para fazer essa revisão. A bancada dos servidores também trouxe a informação
12 sobre o que as universidades federais vêm adotando, e a PG esclareceu que isso foi adotado
13 apenas em 2017 e depois não mais. A grande maioria das universidades federais adota também
14 sete dias. Essas informações virão dentro do Consu, mas o que vão levar da COP para o Consu,
15 subsidiando essa tomada de decisão no Conselho Universitário, é que não há impacto financeiro
16 significativo. O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que a COP não vai analisar qualquer
17 situação sobre o número de dias, somente a questão financeira, sobre a qual não há impacto,
18 mas lembra que essa é uma demanda de 2018. Aumentar para sete dias já é um avanço, mas 20
19 dias seria o ideal, pois quem é pai ou mãe sabe da necessidade que há do casal de cuidar dos
20 filhos e a sobrecarga dos primeiros dias. Tendo a oportunidade de ser 20 dias, os pais podem
21 dar uma assistência maior. Pergunta se quando foi decidido que a Unicamp concederia 180 dias
22 de licença-maternidade, já havia outras instituições adotando. O SENHOR PRESIDENTE diz
23 que o pleito é razoável, tem três filhos e sabe qual é a necessidade no momento logo após o
24 nascimento das crianças. Mas precisam olhar entre as necessidades, as demandas que são justas
25 e o que é a lei. Vão tomar essa decisão no Conselho Universitário, se necessário mudando
26 inclusive o estatuto, mas o que estão analisando aqui na COP é que não há nenhum impacto
27 financeiro para mudança de cinco para sete, ou de cinco para 20 dias. A Professora MÔNICA
28 ALONSO COTTA diz que quando ocorreu essa discussão no grupo dos diretores, procurou o
29 RH e sobre o que o senhor Cláudio perguntou, existe uma lei da Alesp de 2008 que faz essa
30 mudança da licença-maternidade, que por lei é de 120 dias. Foi então criada a lei complementar
31 1.054, de 07.07.2008, e no *site* da DGRH inclusive tem a informação de que, devido à lei
32 complementar, eles fizeram essa mudança da licença-maternidade para 180 dias. Outra opção
33 que existe é a Unicamp entrar no Programa Empresa Cidadã, que permitiria a concessão da
34 licença-paternidade de cinco dias prorrogáveis por mais 15. Não havendo mais observações, o
35 SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Nada
36 mais havendo a tratar na Ordem do Dia, abre a palavra para os membros que desejarem se
37 manifestar no Expediente. O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que durante a campanha
38 para a representação dos servidores, fez uma promessa de que iria trazer novamente a
39 manifestação de que seria ideal a Universidade ter uma folha de pagamento para atender os
40 processos de progressão 2022, em relação aos R\$200 milhões acrescidos ao orçamento, e que

1 aplicado 0,8% em cima desse valor corresponderia a R\$1,6 milhão. Fez essa conversa nas
2 unidades que visitou e foi solicitado que recolocasse essa situação, que repetirá no Consu. Sabe
3 que a Unicamp já está com praticamente o processo fechado, mas há também a questão do
4 pessoal que não recebeu em setembro o valor da progressão 2022, vai receber somente em
5 outubro. Pergunta se vão receber setembro e outubro ou somente outubro e não vai ter
6 retroativo. O SENHOR PRESIDENTE pergunta se o senhor Cláudio está se referindo às sete
7 CSAs que foram ou está se referindo aquelas últimas duas que aprovaram *a posteriori*, que
8 eram do HC. O senhor CLÁUDIO JOSÉ SERVATO responde que provavelmente são essas
9 últimas. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que as pessoas que passaram na CIDF
10 de junho, e depois na CAD de agosto, entraram na folha de agosto e começaram a receber em
11 setembro. No caso daquelas CSAs que passaram depois e dos últimos do HC que estão
12 passando, agora em setembro eles entraram na folha e recebem em outubro. Por lei, a
13 Universidade é proibida de pagar esses retroativos. A Professora MÔNICA ALONSO COTTA
14 sugere ao senhor Cláudio que reforce com os funcionários que eles acompanhem de forma mais
15 próxima os processos de progressão. Porque muitos desses funcionários foram prejudicados por
16 erros triviais, o relatório ficou retido e teve de ir para uma reanálise para ver se estava de acordo
17 com a legislação, o que demanda consultar a PG e tudo o mais. Sente-se mal por esses
18 funcionários que perderam esse mês de aumento de salário às vezes por coisas que eram
19 simplesmente ler o que estava escrito ou assistir aos vídeos da DGRH. Mas acha que os
20 funcionários devem cobrar das suas unidades, para que esses erros não aconteçam novamente.
21 Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques, redigi a presente Ata que será submetida à
22 apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho
23 Universitário. Campinas, 22 de setembro de 2022.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 154ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 27 de outubro de 2022, sem alterações.